



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

**ACESSO À
INFORMAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO: preservação e acesso à informação.

Sandra Maria Veríssimo Soares¹⁴⁵

Resumo

O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre o acesso a informação produzida pela Fundação Joaquim Nabuco. Todo o planejamento tecnológico, além dos recursos humanos e financeiros utilizados para este fim. Considerando que as tecnologias criadas desde a antiguidade até os nossos dias têm a mesma função social que é a de servir as necessidades dos homens na resolução dos problemas. Aponta antes de tudo para um desafio político que não se resolve só com a tecnologia, mas também com os sujeitos que definem o potencial de desenvolvimento da nação. Para tanto, a referência da reflexão tecnológica é com Buckland que analisa o fenômeno informacional através do significado como coisa.

Palavra chave: Informação. Preservação. Acesso.

JOAQUIM NABUCO FOUNDATION: preservation and access to information.

Abstract

This work intends to reflect on access to information produced by Joaquim Nabuco Foundation. All technological planning, in addition to the human and financial resources used for this purpose. Whereas technologies created from antiquity to the present day have the same social function is to serve the needs of men in solving problems. Points primarily to a political challenge that cannot be solved only with technology but also with the subjects that define the potential development of the nation. Therefore, the reference is to the technological reflection Buckland analyzing the informational phenomenon through meaning like thing.

Keyword: Information. Preservation. Access.

1. Introdução

O presente texto discorre sobre o acesso à informação em acervos arquivísticos, aqui entendidos como instrumentos a serviço da pesquisa e da educação e, por conseguinte uma variável do desenvolvimento social das nações. Partindo da compreensão de que as tecnologias criadas desde a antiguidade até os nossos dias possuem a função social de servir as necessidades dos homens na resolução dos problemas. É que o uso de ferramentas tecnológicas como a microfilmagem e da digitalização dos acervos vem responder a necessidade de preservação da memória social, como diz Halbwachs (2006, p.101): “o único meio

¹⁴⁵ Historiadora e Mestre em Ciência da Informação pela UFPE, Técnica do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano- PE, Representante do Colegiado Setorial de Arquivos pelo MinC, Membro da Rede Memorial de Pernambuco e Membro da Comissão Pastoral para a Cultura da Arquidiocese de Olinda e Recife; e-mail: Sandra.verissimo9@gmail.com

de preservar as lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem”. Esta memória externa ao ser humano se impõe pela qualidade dos suportes, modificando a leitura da sociedade através da disponibilidade e do acesso, a princípio com os manuscritos (pergaminho, papiro, papel), depois com o meio magnético e o óptico.

A prática arquivística é considerada um dos mais antigos ofícios de gestão do patrimônio intelectual que evoluiu a partir da necessidade do resgate, da preservação e da garantia de acesso de longo termo, para os registros da produção do conhecimento humano, através de vários suportes. Para abrir a discussão, tomamos a definição epistemológica que atende ao termo “documento”, originário do termo latino *documentum*, que por sua vez deriva de *docere* que significa ensinar ou demonstrar.

É compreendido como qualquer meio gráfico-simbólico, que atesta ocorrências, fatos. Pode ser entendido segundo Heloisa Bellotto como:

qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. O livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. (BELLOTTO, 2004)

Nesta visão o arquivo enquanto mantenedor dos documentos emerge como celeiro, como estoque de informação, como patrimônio social, guardião da herança memorial de nossos antepassados. O pensador Ortega y Gasset (2006, p.29), registrou que os humanos herdaram [...] “as formas de existência, as ideias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés”. E concluí: [...] “sua vida é feita com a acumulação de outras vidas; por isso sua vida é substancialmente progresso”. Este discurso vem justificar a importância da memória e de estratégias eficientes para preservação para as gerações vindouras dos estoques de conhecimento. A tecnologia de gestão: conservação e preservação dos registros informacionais foi o ponto de partida para a revolução tecnológica que emergiu meio século depois, especialmente aquelas dedicadas aos novos problemas nascidos com o desenvolvimento dos novos suportes midiáticos digitais, e os novos desafios para a preservação de longo prazo.

1. Preservação e Conservação

Ante ao crescente número de documentos e suas mais variadas procedências e destinações, além do mero ato de registro da informação em suporte, é preciso também que se tenha um planejamento de modo que, mesmo com uma quantidade volumosa de documentos, se tenha ferramentas capazes de gerar não apenas os relatórios, mas de definir com exatidão onde estão localizados frente aos diversos documentos catalogados e guardados no acervo. Para CONWAY (1997, p.6):

no início, os defensores da proteção dos artefatos culturais, incluindo livros, fontes documentais primárias e objetos de museu, utilizaram os termos “conservação” e “preservação” reciprocamente. Hoje, preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas de ações, incluindo tratamentos de conservação.

E afirma que “preservação é aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seleto grupo de materiais”. Preservar (DRUMOND, 2006, p.108),

(...) em latim praeservare, significa observar previamente, ou seja, prever riscos, as possíveis alterações e danos, que colocam em riscos a integridade física de um bem cultural, os quais devem ser prontamente respondidos pelo trabalho sistemático de conservação.

Consequentemente, a preservação em arquivo depende de cuidados especiais por parte daqueles que, no trabalho diário, lidam diretamente com o acervo.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, conservação é o conjunto de medidas de caráter operacional – intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes – que visam a conter as deteriorações em seu início.

A conservação preventiva enfoca todas as medidas que devem ser tomadas para se aumentar a vida útil do documento ou retardar seu envelhecimento. Identificação precisa dos danos, suas causas e formas no que se refere ao clima, poluição do ar, químicas nocivas, acondicionamento e manuseio, como também com os acidentes. A avaliação do estado de conservação de um acervo parte sempre da observação do documento e requer o conhecimento dos principais danos que este possa sofrer. Segundo SANTOS (2007, p.154):

durante muito tempo os conceitos de preservação e acesso foram conflitantes, pois se tratava de atividades excludentes. A ampla utilização do acervo era vista como fator prejudicial a sua preservação, causando

deterioração cada vez maior do original. A preservação se baseava, no isolamento do acervo, mantendo-o em ambiente higienizado e climatizado, pois era a melhor forma de garantir a sua integridade para as futuras gerações.

Assim, tornou-se contraditório para as instituições que cuidavam dos acervos, isolar a memória da sociedade, pois a tornaria estanque, afetaria o principal objetivo da preservação que é dar acesso aos conteúdos informacionais existentes. E foi exatamente pensando em acesso que a reprodução dos suportes de memória, encontrou terreno fértil para se desenvolver a partir do século XIX. Primeiro com o microfilme e depois com a tecnologia digital.

Na arquivística ao aplicarmos a teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente) apenas os arquivos permanentes deverão ser preservados por longos períodos, pois o mesmo contém valor cultural, isto é, este conjunto documental é a memória institucional que seguiu para o arquivo permanente, avaliada por quem a gerou. Ratificando a real necessidade de sua reprodução, pois o documento de arquivo é único e exige cuidados especiais, pois sua perda acarretaria a perda da informação.

Segundo Bertoletti (2002, p.33) afirma: “O documento, isto é, a informação deve estar ao alcance de todos, e não mais apenas daqueles que por algum motivo se dizem os eleitos”. Esta afirmação nos aponta uma mudança de paradigma, começando pelo entendimento dos nuances que a palavra informação nos reserva, e do que realmente necessita ser preservado.

Esta nova identidade que a informação nos aponta no campo científico, área jovem, iniciada com a preocupação de recuperação da informação na sociedade, por conta da demanda ocorrida nos meados do século XX, requer um pouco de sutileza em suas formas de se perceber na própria sociedade que a produz. Com esta nova identidade, a informação já alcançou várias definições para se mostrar seu caráter, e sua compreensão. Dentre as definições temos a de Le Coadic (1996, p. 5): “é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica) oral ou audiovisual”. Dessa forma assumi um registro material ou imaterial, comunicado e absorvido a uma velocidade rápida, de forma leve e heterogênea. Esta velocidade se dá numa relação entre o físico e o mental e a leveza se percebe na mobilidade da comunicação rápida com proporções multidirecionada.

Continuando a análise do fenômeno informacional, outros autores, como Buckland (1991, p. 351) se aprofunda em três significados: Informação como

processo: quando alguém é informado, o que ele sabe muda. Nesse sentido, informação "é o ato de informar [...]; comunicação do conhecimento ou 'notícias' de algum fato ou ocorrido; a ação de contar o fato que já foi contado anteriormente".

Informação como conhecimento: "informação" é também usada para denotar o que é percebido como "informação como processo". "O conhecimento comunicado referente a algum fato em particular, sujeito, ou evento; o qual foi avisado ou contado, através da inteligência, notícias". A noção de informação que reduz a incerteza pode ser vista como um caso especial de "informação como conhecimento". Às vezes informação aumenta a incerteza.

Informação como coisa: o termo "informação" é também usado atribuído a objetos, como dados e documentos, que são referidos como "informação" porque eles são considerados como sendo informativos por "terem a qualidade de conter conhecimento ou comunicar uma informação".

É no terceiro significado, que a informação pode ser medida, pois é representada de forma física, tangível. Também pode ser manipulada e operada, armazenada e recuperada. Quando Buckland (1991) escreveu a vinte anos passados a palavra coisa para representar esse fenômeno deve ter ocorrido várias reações, mas ele defende a ideia dizendo que existe uma imensidão de objetos físicos que podem ser atribuídos como informativos e não conseguiria classificá-los cada um (fósseis de dinossauros, coleção de rochas, herbário de plantas conservadas, etc.), portanto se qualquer coisa é ou pode ser informativa, então tudo é, ou provavelmente seja, informação.

Hoje, percebermos como o homem manifestava seus pensamentos através da linguagem, na exposição de suas ideias através da comunicação. Depois com a utilização da escrita, seus pensamentos, sua memória foram registradas em um suporte material. Mas este suporte material ultrapassou o papel e vivenciamos o mundo digital. Esta linguagem foi modificada como também a forma de sua comunicação. Este é o novo horizonte apontado pela ciência da informação, que através de seus pesquisadores marcará as possibilidades sociais e históricas, como afirma Gonzalez de Gómez (2000):

A ciência da informação surge no horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significados e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica.

Os profissionais da informação têm a missão de refletir sobre estas novas possibilidades e enfrentar os problemas cada vez mais complexos, característicos deste século XXI, mudanças na tecnologia, volumes de dados que cada dia mais se acumula e como consequência a preservação e o acesso. Qual é a chave deste segredo? Como disse José Ortega y Gasset (2006, p.22): “no próprio pensar e no próprio querer, como estritas funções psíquicas quando mobilizadas para algo e por algo em nossa atividade de pensar”.

2. A Fundação Joaquim Nabuco

O Presidente da República Eurico Gaspar Dutra assinou a Lei nº 770 de 21 de julho de 1949, sancionando assim a criação do Instituto Joaquim Nabuco que nasceu como órgão administrativo do Ministério da Educação e Cultura. Sua administração era composta por um Conselho Diretor (CONDI), e seu Presidente desde a criação até 1987 foi ocupado por Gilberto Freyre, quando faleceu. O Conselho era formado por quinze membros titulares e quinze suplentes, entre os quais se incluía, além do Presidente da Casa, o Representante dos Empregados, Membros do Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Interior (MINTER), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Na década de sessenta, os profissionais formados nas áreas de Sociologia, Geografia, Antropologia, Economia e Estatística eram absorvidos pela mesma para desempenhar pesquisas sobre o Nordeste. Segundo a historiadora Joselice Jucá (1991, p.101):

Significativas pesquisas foram realizadas pela equipe do Departamento de Estatística, nos anos sessenta, financiadas pelos governos dos Estados de Alagoas e Ceará, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A década de setenta foi caracterizada pela expansão do instituto, tanto na estrutura física, quanto na científica e cultural, mas um inesperado incidente interrompe esta fase: a grande enchente de 1975. Neste período o prédio localizava-se em Casa Forte e este bairro foi um dos mais atingidos com a inundação.

Jucá afirma que no edifício Francisco Ribeiro Pinto Guimarães foram destruídas máquinas fotocopiadoras, equipamentos de microfilmagem e material fotográfico, além das documentações administrativas. Também estava no subsolo à biblioteca com um acervo de 35 mil exemplares e esta foi destruída em 90%.

Na tentativa de salvar o acervo foram contratadas bibliotecárias em caráter de emergência para conservação e restauração, inclusive vieram especialistas da Biblioteca Nacional e do SPHAN. Uma pequena parte foi salva, principalmente os originais das obras raras, já o restante foram substituídos por livros e periódicos doados de outras instituições.

Em decorrência do trabalho de recuperação dos documentos danificados pela enchente foi criada a seção de restauração vinculada a Divisão de microfilmagem no Departamento de Processamento de Dados e Documentação – DEPROD. Acrescentando neste período a criação do setor de Informática a chegada do primeiro computador a ser instalado no Instituto em 1976. Ficando este setor vinculado a Presidência e como responsável o economista e administrador de empresas, Josué Mussalém.

Em 15 de março de 1980, o decreto nº 84.561, criou a Fundação Joaquim Nabuco e aprovou seu estatuto, vinculando-a ao Ministério da Educação (MEC).

Sua missão é produzir, acumular e difundir conhecimentos, resgatar e preservar a memória e promover atividades científicas e culturais, visando à compreensão e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, prioritariamente a do Norte e do Nordeste do país.

Sua sede localiza-se na Avenida 17 de agosto, 2187 – Casa Forte e um anexo na Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos, onde está a Diretoria de Documentação - DIDOC.

A Diretoria de documentação é composta pelo o CEHIBRA – Centro de Documentos e Estudos da História Brasileira, pelo MUHNE – Museu do Homem do Nordeste, pelo LABORARTE – Laboratório de pesquisa, conservação e restauração de documentos e obras de artes e pela Biblioteca Central Blanche Knopf.

As principais atividades do CEHIBRA são: organização de arquivos textuais, iconográficos, fonográficos, musicográficos, cinematográficos e em suporte de microfilmes; elaboração e coordenação de projetos de pesquisas e atendimento ao pesquisador e ao público em geral.

Atualmente o acervo do CEHIBRA está estimado em 700 mil documentos, registrando diversos aspectos da vida social, econômica, histórica, artística e cultural nos séculos XIX e XX. São 155 arquivos privados pessoais que contabilizam 330.644 documentos. Entre eles estão os arquivos: Francisco Julião, Edson Nery da Fonseca, André Rebouças, Aluizio Magalhães, Artur Orlando, Mauro Mota, Ascenso Ferreira, Manoel Borba, Pelópidas da Silveira, Waldemar de Oliveira, Etelvino Lins, Paulo Cavalcanti e Jose Francisco de Moura Cavalcanti.

2.1 Serviço de Microfilmagem

Com a Portaria nº 31 de 11 de dezembro de 1978, ficou instituído o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (PNMPB) a ser coordenado pela Biblioteca Nacional e executado pela Fundação Casa Rui Barbosa, mediante convênio celebrado em 1979 e aprovado pelo Conselho Federal de Cultura. O objetivo do convênio foi de preservar e divulgar os jornais que estavam ameaçados pela fragilidade do material em consequência de armazenamento inadequado. Foram várias instituições no Brasil que fizeram este convênio, no caso da FUNDAJ o objeto foi o mais antigo jornal em circulação da América latina – o Diário de Pernambuco – pelo seu incontestável valor histórico – informativo.

Segundo o convênio a instituição já estava equipada com máquinas Kodak: RECORDAK RELIANT MICROFILMER mod. 700, FILM UNIT 740, MICROFILE MACHINE MRD-2, MOTORMATIC READER MGP-TH e a PRINTER BASE – ERG/B. Estando todos em perfeito estado, faltavam recursos para pagar material de expediente, pessoal técnico e administrativo e outros equipamentos como:

QUADRO 1 – EQUIPAMENTOS DE MICROFILMAGEM

Processadora PROSTAR DVR	CR\$ 143.582,40
Bastidor VRJ	CR\$ 8.362,66
Válvula termo-misturador	CR\$ 9.768,64
Kit duplicador	CR\$ 11.140,38
Kit de inspeção	CR\$ 17.354,26
Total	CR\$ 190.208,34

Fonte: SOARES,2011.

O valor total do Projeto foi orçado em CR\$ 520.918,74 (quinhentos e vinte mil novecentos e dezoito cruzeiros e setenta e quatro centavos).

Os recursos utilizados em microfilmagem durante o período vigente foram provenientes de várias fontes como: MEC/ FNDE/ DAC/ SEPLAN/ SEMOR, Center for Research Libraries/ LAMP. Nos anos posteriores a SUDENE também ajudou financeiramente este projeto.

Para executar este projeto foi feito um levantamento das instituições detentoras das coleções de jornais pernambucanos, entre elas: O Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, o Gabinete Português de Leitura, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico, a Faculdade de Direito e o Diário de Pernambuco.

A FUNDAJ passou a desempenhar uma função importante no contexto regional quando se tornou o núcleo de Pernambuco responsável pela microfilmagem dos jornais do Estado, principalmente o Diário de Pernambuco com sua coleção completa. Outras instituições pernambucanas passaram a procurá-la para microfilmar ou dar suporte técnico como foi o caso do Memorial de Justiça, a Cia Editora de Pernambuco – CEPE, Rhodia Filmes Nordeste S/A e a SUDENE.

Hoje o setor de microfilmagem continua com a prestação de serviços ao público em geral (jornalistas, escritores, estudantes, emissoras de televisão) que procura tanto para pesquisa nos microfilmes, quanto para microfilmar. No site da instituição está a tabela de valores para este serviço.

FIGURA 1 - Leitora de microfilme



Fonte: SOARES,2011

A equipe de trabalho na década de 80 era composta por 12 funcionários, hoje é de apenas cinco do quadro permanente com o cargo de assistente em C&T. A princípio foram treinados pelo extinto CENADEM, no ano de 2010 fizeram treinamento com os equipamentos híbridos do Arquivo Nacional.

QUADRO 02 - EQUIPAMENTOS QUE FAZEM PARTE DESTE SETOR:

02	Planetárias para 35mm R\$ 150.000,00 (cada)
02	Planetárias para 16mm R\$ 150.000,00 (cada)
01	Processadora (reveladora) R\$ 70.000,00
01	Duplicadora (não consta o valor)
10	Leitores de microfilmes R\$ 16.000,00 (cada)
01	Leitor Scanner R\$ 50.000,00
02	Densitômetro R\$ 1.000,00 (cada)
02	Revisores manuais
06	Computadores

Fonte: SOARES, 2011.

O serviço diário é feito com três publicações: Jornal do Comercio, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco. A princípio são preparados observando a classificação, numeração de página e a legibilidade do jornal. Depois é levado para a planetária que executa a filmagem de 600 a 1200 fotogramas. O filme é levado para a processadora para ser revelado. Esta máquina precisa de água (comum e filtrada) permanentemente na temperatura de 90° F. Depois de revelado o filme é feita a verificação da densidade através de um densitômetro (muito claro ou escuro). A revisão é feita manualmente auxiliada de um leitor, onde o funcionário observa a paginação, data, numeração, legibilidade e mutilação. Se faltar alguma página se faz um termo de correção para filmar novamente.

Ao final o filme é levado para a máquina duplicadora, onde se faz uma cópia positiva do negativo (cópia de segurança) que é guardada no arquivo. O armazenamento dos microfilmes é no próprio prédio numa sala com ar-condicionado

(18 a 21 graus), sendo este desligado no final do expediente, ocasionando assim uma mudança de temperatura.

Os documentos administrativos da própria FUNDAJ foram microfilmados até a data de 1998, a partir desta data todos foram enviados para o setor de arquivo em Casa Forte, não utilizando mais este serviço.

A assistência técnica das máquinas a princípio era feita pelos técnicos da Kodak, mas os fabricantes pararam de fabricar algumas peças e aproximadamente há 30 anos uma empresa chamada ATM – Comercio e Ass. Tec. LTDA (Recife) faz manutenção das máquinas, adaptando certos utensílios para que as máquinas não parem de funcionar.

2.2 Núcleo de Digitalização

Iniciou suas atividades em 2003, através de uma decisão estratégica do corpo dirigente. É subordinado a DIDOC – Diretoria de Documentação e seu objetivo é desenvolver um sistema de multimídias para gerenciamento eletrônico de acervos históricos, materializando em um software capaz de gerir a informação oriunda de diversos formatos de documentos. O projeto objetiva preservar os acervos, evitando o manuseio dos documentos originais, e ampliar os meios de acesso à informação, através da prestação de serviço de consulta virtual à população.

O núcleo dispõe de equipamentos eletrônicos de ultima geração para captura digital, tratamento de imagens digitais e impressão digital de documentos históricos e artísticos, adquiridos com recursos oriundos do Ministério da Educação e da própria Fundação. São eles:

QUADRO 3 – EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE DIGITALIZAÇÃO

02	Scanner Kodak i1220 Plus e HP Scanjet N8420
01	Scanner de Microfilme para digital Mekel Machw
02	HP Power Mac G5
01	Estúdio fotográfico com: 1 Câmera Nikon D300, 1 Nikon D700, 1 Hasselblad H1 c/beck digital Imacom, 02 colunas fotográficas portáteis e 2 computadores.
01	Scanner Epson Expression 10000 XL (A3)

01	Impressora para plantas e mapas HP Designjet T770
08	Computadores

Fonte: SOARES, 2011.

Existe um planejamento para preparar as ações de cada projeto, já que os documentos são diversificados (musicográficos, iconográficos e textuais – manuscrito e impresso). São formatos em RAW, TIFF e JPG. Salvos em PDF em pastas com rótulos de nomeação seguindo critérios que não ocorram nomes idênticos, com metadados em Dublin Core, com backup Full + Incremental, armazenados em servidor local: STORAGE, mantido na sala do setor de informática.

Até 2006 haviam digitalizado 18.676 – livros, rótulos de cigarros, fotografias, e folhetos de cordel, incluindo parte das obras de Joaquim Nabuco. Hoje, além dos trabalhos diários mantém outras parcerias como o Instituto Miguel Arraes – IMA para digitalização de todo o estoque informacional. O armazenamento atual das imagens é de 3,0 TB, aproximadamente 70 mil digitalizações, podendo chegar a 50 TB.

O acesso é feito on-line pelo site da Fundação: www.fundag.gov.br e do domínio público: www.dominiopublico.gov.br e off-line na própria sede, sendo que o quantitativo off-line é duas vezes maior do que o on-line, precisando de autorização para fazê-lo.

No início os servidores foram treinados pelas empresas fornecedoras dos equipamentos, logo depois nos cursos de fotografia digital e gerenciamento eletrônico de documentos. Hoje a equipe é composta de oito pessoas, dos quais quatro estagiários (um nível médio e três alunos de História) e quatro funcionários concursados: o Coordenador das atividades (Bibliotecário – analista em C&T) e três de nível médio (Assistentes em C&T).

Recém chegado o scanner para transformar o acervo de microfilme em digital, está no momento em experiência, mas assim que começar a operacionalizar será feito o serviço em conjunto com os dois setores. Seguindo a experiência vivenciada pelos servidores no Arquivo Nacional quando chegaram a conhecer o serviço onde trabalham em conjunto a microfilmagem e a digitalização.

Considerações Finais

Diante do exposto, vemos claramente o investimento financeiro para a compra de equipamentos e de recursos humanos da instituição, tanto de uma como de outra tecnologia. Foi observado que a tecnologia da microfilmagem teve seu ápice na década de setenta e hoje não se encontra no mercado peças de reposição. Também foi identificado que esta tecnologia não teve atualização, encontrando-se igual a décadas atrás.

Sabemos que o avanço tecnológico tornou os equipamentos digitais superiores à microfilmagem na qualidade da imagem, onde o fator resolução faz com que a nitidez seja efetivada. A resolução mensura o número de pontos (pixels) que terá para ser formada e com isso afeta diretamente a definição dos elementos da imagem. Enquanto na microfilmagem o tratamento analógico perde qualidade no momento da reprodução, a cópia digital é sempre idêntica a original.

A mudança de suporte foi acompanhada de atitudes cognitivas, como dar uso, e neste quesito o microfilme permite o uso da informação, mas obriga ao usuário a utilizar um equipamento especial de projeção, em um local específico, difícil de ser “folheado”, de ser lido, em consequência seu acesso é limitado pelo quantitativo de leitoras que o local possa oferecer. Diferentemente do digital que tem acesso irrestrito, pois independe se o usuário se encontra presencialmente ou não no arquivo ou biblioteca, a informação pode ser acessada na rede mundial de computadores, como exige a Lei 12.527 de 18/11/2011. A plasticidade faz diferença quando é necessário tratar a imagem para ser colocada acessível na internet e se perde tempo e investimento quando se promove projetos com microfilmagem para posterior digitalização.

Portanto é um ciclo que se fecha, não apenas tecnológico, pois a tecnologia não é nada sem os homens a quem ela serve, mas a falta do conhecimento que gera o medo do novo, porque mudar significa correr riscos, trabalhar mais, se desprender dos velhos argumentos, também indica o caminho do aprendizado, da inclusão e da certeza que não temos nada em nossas mãos, como disse o filósofo Heráclito: *"tudo é um eterno vir a ser"*.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTOLETTI, Ester Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002. v. 7.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o direito constitucional de acesso a informações públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> acesso em: 29.05.2014.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, p. 351-360, 1991.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. **Prevenção e conservação em museus**. 2. ed. Belo Horizonte, 2006. (Caderno de Diretrizes Museológicas I).

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Fundação Joaquim Nabuco. Relatório de atividades 2003 a 2006. Recife, FUNDAJ, 2006. Disponível em relatórios <. Acesso em 09/06/2011.

GASSET, José Ortega Y. **Missão do Bibliotecário**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**: revista de ciência da informação, v. 1, n. 6, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª edição. São Paulo: UNICAMP, 2003.

JUCÁ, Joselice. **Fundação Joaquim Nabuco**: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Ed. Massangana, 1991.

SANTOS, Gilvan Rodrigues. **Informatização de Acervos Fotográficos**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XLIII - nº 01 – Jan-jul. Belo Horizonte – MG, 2007.

SOARES, S. M. V. **O microfilme e o digital**: as duas faces da preservação. 2011, 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.